

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Ilha de ordem”: Representações da Vila Operária da Boa Viagem

Marilécia Oliveira Santos*

Resumo: Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, as vilas operárias, comportando experiências distintas, multiplicaram-se em várias partes do Brasil e alimentaram as expectativas de segmentos da elite sobre a ordem social. Esta comunicação visa analisar alguns depoimentos deixados por indivíduos que visitaram a Vila Operária da Boa Viagem, idealizada pelo industrial Luiz Tarquínio e fundada na cidade de Salvador no ano de 1892. Percebe-se nesses registros a crença no meio como ambiente formador e/ou regenerador moral do pobre, justificando intervenções sanitárias e morais que extrapolaram o espaço de produção da Fábrica.

Palavras-chave: Bahia - vila operária - controle.

Abstract: In the last decades of century XIX and first of century XX, the laboring villages, holding distinct experiences, had been multiplied in some parts of Brazil and had fed the expectations of segments of the elite on the social order. This communication analyzes some individuals depositions that had left by the visitors to the Village Laboring of the Good Trip, that was established in the city of Salvador in the year of 1892 and idealized for the industrial Tarquínio Luiz. The belief in the way is perceived in these registers as surrounding of poor moral regenerator, justifying sanitary and moral interventions to it that had surpassed the space of production of the Plant.

Key words: Bahia - laboring village - control.

Denomina-se genericamente vilas operárias os conjuntos de casas construídos por empresários para moradia dos trabalhadores e muitas e diversificadas foram essas experiências. Em alguns tipos, as casas eram alugadas, em outros, cedidas; vilas foram montadas por construtoras de ferrovia ou por industriais de naturezas diversas; Algumas

* Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/ Professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

construídas em zonas rurais, próximas ou afastadas dos grandes centros, outras em cidades pequenas ou nos subúrbios das grandes cidades.

Estas edificações “tiveram impacto importante em várias cidades brasileiras” pois foram os “primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no Brasil”. (BONDUKI, 1998:18) Para além dos interesses lucrativos que promoviam, estes investimentos evidenciam o empenho de parcela das elites na formação do trabalhador para a indústria e uma grande frente foi formada, ainda que nem sempre articulada e coerente nas ações.

As vilas foram freqüentemente enaltecidas pelos poderes públicos uma vez que, aparentemente, correspondiam as expectativas de controle e isolamento da população pobre. Contribuíram neste intento, homens letrados, educadores e religiosos que se empenharam na valorização das virtudes e vantagens do trabalho como instrumento de moralização e meio para o enriquecimento material.

As vilas ajudaram a alimentar a utopia da organização das cidades e do controle da população. Comparadas às demais moradias dos pobres, aquelas construções em lotes regulares, muradas ou cercadas com casas ordenadas, de alvenaria, divisões internas separando cômodos e com plantas “freqüentemente coerente com os princípios de higiene difundidos à época”, construídas a baixo custo em função dos incentivos fiscais eram vistas como verdadeiros instrumentos de “saneamento da cidade e da transformação do cotidiano do pobre urbano”. Eram laureadas como uma conquista do “território da miséria e da barbárie pela civilização”. Assim, as vilas alcançaram um “grande sucesso, multiplicando-se e gerando toda uma mística em torno da ordem urbana e social que incorporaram”. (CORREIA, 1989:10)

Cabe lembrar que, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX ocorreram significativas transformações no cenário das principais cidades brasileiras pois para estes centros aglutinaram grande contingente populacional para os padrões da época, decorrente do final da escravidão e da intensificação da chegada de imigrantes.

Atendendo a esta demanda, foram construídas casas frágeis, pequenos cubículos nos quintais das residências e alguns casarões foram subdivididos para locação de quartos para famílias inteiras. Muitas dessas acomodações eram precárias, os cômodos insalubres e a ausência de instalações sanitárias e hidráulicas tornou estes espaços, genericamente chamados de cortiços, o alvo maior dos ataques dos defensores da saúde pública.

Essas acomodações e a subnutrição que esta população estava submetida propiciavam a proliferação de doenças como febre amarela, tifoide e cólera que penetravam

por cidades portuárias e migravam para outras regiões do interior. (BERTUCCI, 1994) E assim, as grandes cidades tornaram-se o *locus* tanto da “questão sanitária” quanto da “questão social” (CORREIA: 1998). Aquele amontoamento de indivíduos, em espaços reduzidos e pouco ventilados, era preocupante uma vez que, para a medicina da época representava o foco das doenças que acometiam aos que naquele meio viviam e ainda poderia atingir aos que viviam distantes através dos contatos. Além das preocupações com a saúde do corpo, havia a preocupação moral. As casas dos pobres eram observadas com desconfiança, vistas como ambientes promíscuos e local de proliferação das relações degeneradas e das inclinações viciosas.

Na tentativa de mudar aquela realidade cidades brasileiras experimentaram as reformas sanitárias e urbanísticas que procuraram modernizá-las, redefinindo espaços, padrões de comportamento e de controle social. Buscou-se embelezar as cidades para promover a circulação de pessoas permitindo uma maior visibilidade das lojas e suas vitrines repletas de mercadorias fetiches que propiciavam a ilusão de pertencimento ao mundo burguês que parcela da população almejava.

Nos debates travados nas câmaras municipais e mesmo nos jornais do período percebe-se distintas idéias referentes às utopias urbanas. Dentre elas algumas se tornaram vitoriosas e se materializaram nos códigos de posturas. Estes códigos revelam as práticas que buscaram ordenar e disciplinar os espaços das cidades e resultaram, muitas vezes, de embates e conflitos e a observação exclusiva dos códigos de posturas, pode escamotear estas polêmicas dando a idéia de um discurso uníssono.

Assim, com base na crença do meio como ambiente reformador do homem, segmentos da elite letrada, impregnados de uma visão pejorativa do pobre, empreenderam diversas ações com o intuito de combater aquele ambiente que tanto se acreditava ameaçador como também representava o obstáculo à tão almejada civilização, aos moldes europeus.

Embora não partilhassem um único projeto, estes homens empenharam-se na construção de uma nova sociedade com vistas a alcançar o progresso material e o que acreditavam ser o bem-estar social. Para tanto buscaram referências nas principais cidades européias que passaram por reformas. Muitas delas, a exemplo das inglesas, ao longo do século XIX, viveram um “processo de imposição de uma ordem urbana básica”, no qual se estabeleceu “o controle social em todos os espaços públicos e a vigilância constante do comportamento”. Por meio de intervenções legais, buscou-se regulamentar e organizar à vida urbana cotidiana, criando regulamentos e mecanismos coativos que procuravam alterar todo o social considerado inadequado aos preceitos da modernidade. (STORCH, 1985:19)

Algumas dessas cidades européias haviam se transformado em exemplos a serem seguidos pelos reformadores locais e medidas semelhantes foram adotadas em diversas cidades brasileiras com o fim de aproximá-las daquelas idealizadas pelos defensores das medidas. Ações pautadas na perspectiva do progresso, do embelezamento e do saber técnico dos urbanistas, sanitaristas, arquitetos e engenheiros foram implementadas e as polêmicas travadas entre estes revelam, muitas vezes, a demarcação de áreas de competências de cada um desses segmentos.

Destaca-se neste panorama o “papel histórico desempenhado pela burguesia industrial no processo de modernização capitalista do país”. A implantação das fábricas e das vilas operárias lançaram “as bases para a construção de uma sociedade moderna de caráter liberal” e a industrialização foi eleita como o “caminho mais eficiente para promover o desenvolvimento econômico do país e assegurar à nação brasileira posição de destaque no mundo civilizado”. (GIROLETTI, 2002: 37)

Os regulamentos internos desses estabelecimentos foram importantes na concepção de uma nova ética para as relações de trabalho nas fábricas e de moradia. Através deles, buscou-se intervir na afetividade, na religiosidade e na sexualidade dos trabalhadores e suas famílias. Os prêmios e punições se inserem na perspectiva de criação de novos valores com vistas a constituição de um novo homem. A severidade dos regulamentos e das penas aplicadas aos infratores, evidenciam as dificuldades que estes empresários encontraram para adequar o comportamento dos operários aos idealizados e esperados por eles.

As vilas operárias tinham o propósito de manter o operariado próximo à unidade produtiva e diversos elementos atrativos foram empregados. As tentativas de segregação tinham por propósito a preservação da saúde evitando as interrupções que comprometiam a seqüência do trabalho fabril e a preparação de um novo tipo de trabalhador afinado com os preceitos da moralização dos costumes, da valorização da família e do respeito à propriedade.

Uma das vilas brasileiras que procurou agregar os interesses lucrativos da fábrica e a preparação de um novo tipo de trabalhador foi a da Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, construída no ano de 1892 no subúrbio da cidade de Salvador.

Ao longo do século XIX, a Bahia passou por sucessivas crises econômicas que atingiram as pessoas mais pobres que, fragilizadas pelas péssimas condições de vida e pelas carências alimentares, tornavam-se vulneráveis às epidemias. Somadas a isso, as secas constantes aprofundavam as dificuldades desta população, encarecendo os gêneros de primeiras necessidades, produzidos nas áreas atingidas pelo flagelo. A estiagem prolongada intensificava o deslocamento de populações para a Capital e a seca de 1889, em particular,

levou um número significativo de retirantes para a região do Recôncavo. (FRAGA FILHO, 1996: 30-32)

Neste cenário a CEIN foi fundada. Já nasceu sob a razão de Sociedade Anônima e teve por principais sócios fundadores Luiz Tarquínio, Leopoldo José Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes, empreendedores enriquecidos na atividade comercial. Dentre os sócios, Luiz Tarquínio foi o que mais se empenhou na tentativa de intervir no comportamento dos operários, ligando definitivamente o seu nome aquela organização. (SANTOS, 2000)

O projeto inicial da Vila previa ao todo 600 residências, construídas por etapas e na primeira foram edificadas 258, distribuídas em oito blocos paralelos. Em cada extremidade destes blocos, onde hoje é a Avenida Luiz Tarquínio, havia um grande portão gradeado, que era fechado às 21 horas.

A Vila Operária da *Boa Viagem*, como a ela se referiam os sócios foi construída em frente à fábrica e na área interna, havia uma praça arborizada com 1530 m² e, no centro, dois coretos para apresentações de bandas musicais, comuns nas festas dominicais. Contava também com uma escola em cujo bloco funcionava uma biblioteca e um pequeno museu.

Para os serviços internos, a vila contava com açougue, gabinete médico, creche, farmácia, loja de fazendas, e armazém. Enfim, toda uma estrutura interna para que ali o trabalhador encontrasse os artigos de primeiras necessidades. Evitava-se com estes recursos situar os trabalhadores e mesmo destacá-los dos demais da cidade. Nos registros das memórias de antigos empregados, moradores da Vila, percebe-se o encantamento que alguns produtos do armazém e da loja de tecidos despertavam nos mesmos.

Toda essa infra-estrutura interna causou sentimentos conflitantes de estranhamento e deslumbramento na população local e era comum a publicação de matérias explicativas das ações dos diretores aos demais sócios. Numa dessas cartas, Luiz Tarquínio procurou justificar as medidas tomadas afirmando que teriam se colocado a frente daquela empresa “não procedendo como agiotas” quiseram sim, “como brasileiros amantes do seu país mostrar ao mundo que no Brasil tudo se pode[ria] fazer como na Europa”, contanto que se procedesse com “patriotismo e desinteresse”. (JORNAL, 1895: a2)

A comissão fiscal encarregada de avaliar as contas da fábrica também procurava justificava a legitimidade dos gastos com a vila. No ano anterior registraram que se sentiam gratos em informar que, “atendendo à natureza e solidez das obras e perfeição das máquinas e a qualidade de todo o material empregado”, somente uma “administração inteligente, zelosa e severamente econômica” poderia ter erigido uma fábrica como aquela “verdadeiramente modelo, entre suas congêneres, não só no Brasil como em qualquer parte da adeantada

Europa, no próprio juízo insuspeito de importantes industriais estrangeiros” que a teria “visitado, admirado e assim qualificado”. (JORNAL, 1894: a1)

Os empreendedores tinham uma clara disposição para a publicização das ações realizadas e alguns dos comentários desses visitantes foram publicados na imprensa local e muitas das festas que aconteceram aos domingos contou com a presença de representantes dos jornais locais. Ainda que os propósitos destas matérias sejam laudatórios, estes registros permitem conhecer aspectos próprios dessas festividades e o clima de entusiasmo com a Vila e a simbologia que a mesma carregava.

O lazer dominical funcionava como um meio de desestimular o trabalhador a querer sair daquele espaço e se misturar a outros da cidade e estas festas passaram a ter grande importância na investida na alteração de condutas dos trabalhadores, pois não se tratava somente de garantir um controle dentro do ambiente produtivo, mas de cercar todo o espaço onde pudesse haver a “corrupção de valores”. Era importante a intervenção nos valores morais, espirituais e nos hábitos de consumo visando um padrão idealizado de comportamento.

As festas de encerramento do ano letivo aconteciam em clima de grande solenidade com a presença de autoridades e eram também noticiadas nos jornais. A do ano de 1898 foi ilustrativa, uma vez que contou com a presença de Luiz Vianna, então Governador do Estado da Bahia e os jornais traziam descrições detalhadas do evento. Os salões “regurgitavam de convidados” e contavam com a presença ainda “de representantes de todas as classes sociais desta terra”. Os alunos fizeram uma “entrada triunfal” e “agitando bandeiras nacionais e norte-americanas”, marcharam “ao som da banda marcial entoando harmonioso hino”. (JORNAL, 1898: a3)

O orador oficial da festa, o poeta Múcio Teixeira, iniciou as atividades fazendo uma “apoteose do trabalho na Vila Operária e dos esforços inextinguíveis de Luiz Tarquínio”. (JORNAL, 1898: a4) Outros Jornais também noticiaram o acontecimento e para o informante do Correio de Notícias a “parte mais bela, a mais comunicativa” e que teria falado “ao coração de todos” foi a atuação das crianças que teriam preenchido “com vivacidade e com tal desenvolvimento que nada mais precisaria para dar idéia do que é a Vila Operária” que sob a “direção habilíssima de amestrados professores” ora recitavam, ora cantavam, “até algumas poesias em inglês, tudo cadenciado e com tal harmonia que despertava nos espectadores enorme simpatia.” (JORNAL, 1898: b)

As apresentações infantis descritas são reveladoras das práticas pedagógicas aplicadas no cotidiano da escola. Temas como trabalho, instrução e infância, foram

abordados nas apresentações. Foram distribuídos prêmios aos alunos do curso de desenho e em algumas salas ficaram expostos os trabalhos realizados pelos mesmos.

O encerramento da festa se deu com a apresentação das bandas de música do Corpo de Polícia, dos operários e a do Colégio dos Órfãos de São Joaquim. O Jornal de Notícias reiterou os parabéns a Luiz Tarquínio, diante do

[...] que pelo engrandecimento moral da Bahia já tem feito à Vila Operária da Boa Viagem, modelada e administrada com superior talento, é dos maiores serviços que pode um cidadão prestar a sua terra e à sociedade em que vive. Por isso, tem Luiz Tarquínio o seu nome envolto em bênçãos e inscrito em justa benemerência, aureolado de aplausos de que não haverá mais sinceros do que os agora renovados pelo Jornal de Notícias, diante da grandiosa festa de anteontem, de instrução e de trabalho, de dignidade e de amor. (JORNAL, 1898: a4)

O mérito de todas aquelas celebrações e demonstrações era constantemente atribuído a Luiz Tarquínio, afinal seria ele o responsável por “converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriunda de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social, homogêneo” entre o qual reinava a “cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo”. (JORNAL, 1898: a5)

A Vila pode ser vista como um local de manutenção e aprimoramento da força de trabalho, um espaço para a realização de um projeto idealizado, onde os trabalhadores eram vistos como um material bruto a ser lapidado. Assim as intervenções se fizeram presentes em todos os espaços possíveis: no lazer, na educação dos filhos, na escola, nas ruas internas da vila e na domesticidade dos moradores. Enfim, dentro e fora do ambiente produtivo. Isto representa mais do que a extração da força de trabalho e revela também a tentativa de introjetar no universo do operário um modelo de vida com valores materiais, morais e espirituais.

Para parte das elites do período, o exemplo da fábrica de Luiz Tarquínio inspirava esperança no futuro do Brasil e, particularmente da Bahia. Ali constava um exemplo que vigorava “uma ordem, um decoro e uma convenção, dignos de comunidades mais elevadas sob o ponto de vista social”. Aquela “massa heterogênea e informe”, sob a intervenção, transformara-se “em um só elemento, sóbrio, disciplinado e em todo o sentido útil a pátria”, em um único corpo social. (JORNAL, 1898: a5)

A valorização do trabalho e da urbanidade encontrava eco e a vila era a prova da fertilidade daquele discurso afinal,

O valor intrínseco que tem a Vila Operária de Luiz Tarquínio em um país novo como o nosso, em estado de evolução, e em tudo o que possa servir de ensinamento

e concitar o amor ao trabalho, ao culto pela instrução [...] ao fanatismo pelo progresso deve ser estimulada pelos aplausos de todo bom cidadão brasileiro (JORNAL, 1898: a5)

A idéia de um país jovem “em estado de evolução”, acalentava as esperanças de uma elite ávida por encontrar elementos de identificação com o chamado “mundo civilizado” e a concretização daquela experiência permitia a confiança no futuro da nação uma vez que preconizava esse novo país.

Fontes e Referências Bibliográficas

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos*. v. 05, nº 02. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 1998

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/ Eudfba, 1996.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina* 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

Jornal de Notícias. 31/12/1894 a1

Jornal de Notícias. 20/08//1895 a2

Jornal de Notícias. 09/12/19898 a3

Jornal de Notícias. 10/12/1898 a4

Jornal e Notícias. 24/11/1898 a5

Correio de Notícias 09/10/1898 b

SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia: o projeto industrial de Luiz Tarquínio*. 2000. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.